



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

JEYSELLE GONÇALVES DA CUNHA

LINHA DE PESQUISA: GEOGRAFIA ECONÔMICA E GEOGRAFIA SOCIAL

**A FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE MARI-PB: UMA ANÁLISE
HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA**

GUARABIRA- PB

2014

JEYSELLE GONÇALVES DA CUNHA

**A FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE MARI-PB: UMA ANÁLISE
HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA**

Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de Licenciando em Geografia, à Universidade Estadual da Paraíba - Campus III.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Glória Marinho

GUARABIRA- PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C972f Cunha, Jeyselle Gonçalves da
A feira livre do Município de Mari-PB [manuscrito] : uma
análise histórica, geográfica e socioeconômica / Jeyselle
Gonçalves Da Cunha. - 2014.
23 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades,
2014.

"Orientação: Ana Glória da Silva Marinho, Departamento de
GEOGRAFIA".

1. Comércio Varejista. 2. Feira Livre. 3. Mari-PB. I. Título.
21. ed. CDD 910

JEYSELLE GONÇALVES DA CUNHA

A FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE MARI-PB: UMA ANÁLISE HISTÓRICA,
GEOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

Monografia aprovada em 29/07/2014

BANCA EXAMINADORA

Ana glória da Silva Marinho

Prof.^a Dr.^a Ana Glória Marinho - Orientador

Dr.^a em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da
Bahia

Professora do Curso de Geografia UEPB/DG/CH

Cleoma Maria Toscano Henriques

Prof.^a Esp. Cleoma Maria Toscano Henriques - Examinador

Especialista em Análise Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba

Professora do Curso de Geografia UEPB/DG/CH

Sonale Vasconcelos de Souza

Prof.^a Ms.^a Sonale Vasconcelos de Souza - Examinador

Ms.^a em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba

Professora do Curso de Geografia UEPB/DG/CH

Guarabira-PB
2014

A FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE MARI-PB: UMA ANÁLISE HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

Jeyselle Gonçalves da Cunha¹

Prof.^a Dr.^a Ana Glória Marinho (Orientadora)

RESUMO

A feira livre é uma tradicional modalidade de comércio varejista que ainda consegue resistir aos tempos modernos. Até hoje é o meio mais utilizado para o abastecimento dos alimentos frescos. É uma organização socioeconômica e também cultural que atende os interesses da comunidade local e de localidades vizinhas. Este trabalho busca investigar a ligação entre a feira livre, sua influência e desenvolvimento socioeconômico do município de Mari-PB, partindo de um estudo desde os primeiros momentos da feira até os dias atuais, assim compreendendo as modificações ocorridas na dinâmica sócioespacial. Portanto é de grande importância conhecer esta estrutura de comercialização e seu processo de organização, desde o surgimento, evolução, organização e o crescimento da feira, até a origem dos produtos e dos feirantes que participam dela e os problemas enfrentados.

Palavras-chaves: Comércio Varejista, Feira Livre, Mari-PB.

ABSTRACT

The free fair is a traditional form of retail that still manages to resist the modern times. So today is the most widely used means for the supply of fresh food. It is also a socio-economic and cultural organization serving the interests of the local community and neighboring towns. This paper investigates the link between street fair, its influence and socio-economic development of the city of Mari-PB, from a study from the first moments of Thursday until today, so understanding the changes occurring in the socio-spatial dynamics. Therefore it is of great importance to know this marketing structure and the organization process, from the emergence, evolution, organization and growth of the fair, to the origin of products and merchants who participate in it and the problems faced.

Key-words: Retail business, Free Fair, Mari-PB.

¹ Concluinte do curso Licenciatura Plena em Geografia, UEPB. jeyselle@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A feira livre do município de Mari-PB acontece uma vez por semana, é formada ao ar livre, e desenvolve um trabalho econômico, social e cultural. É um espaço constituído pelo mercado varejista, que recebe pessoas de diversas localidades e desempenha um papel importante no abastecimento de produtos para a população.

Além do desempenho no fornecimento de alimentos, a feira livre também se destaca na geração de empregos, visto que não é necessária mão de obra muito qualificada para executar o trabalho. Ainda pode-se considerar outros tipos de serviços realizados na feira como geradores de empregos, sendo: frete, transporte, vendedores ambulantes, vendedores de lanches e etc.

A feira do município de Mari, assim como em outras feiras, é uma prática tradicional e que possui expressivas características socioeconômicas e culturais. É um ambiente cheio de cores, cheiros e movimentações. Constitui um espaço de encontro entre diferentes redes sociais, culturais do próprio município e também de localidades vizinhas, que formam as múltiplas redes de sociabilidades.

Figura 1: Mercado das frutas e verduras da feira de Mari-PB



Fonte: foto da autora/ Março de 2014

Atualmente as feiras e os feirantes enfrentam dificuldades para sobreviver, devido a forte concorrência dos super e hipermercados. Os supermercados vêm se instalando e crescendo, até mesmo nas cidades pequenas. Estes procuram reproduzir a estética da feira, usando bancas e o atendimento personalizado, com isso, as feiras tradicionais acabam sofrendo uma considerável queda no movimento e na comercialização dos produtos.

Com o crescimento urbano e os avanços tecnológicos, as atividades econômicas foram se expandindo e a feira livre passou a ser uma atividade pouco atrativa para determinados consumidores, mas ainda continua representativa. Contudo, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da feira livre no município de Mari-PB em alguns aspectos, tendo em vista o seu papel histórico e socioeconômico.

Para tanto, faremos um levantamento histórico-geográfico do município em análise, a fim de apresentar as características peculiares da cidade com a feira, incluindo suas influências socioeconômicas. Será realizado, também, um estudo de campo, no qual serão observados e analisados os componentes da feira através de entrevistas informais, registros fotográficos e também por meio da vivência pessoal na feira.

Utilizaremos como principal respaldo teórico Sato (2007) e suas contribuições sobre a feira livre; Moreira e Targino (1997) e suas análises acerca da Geografia Agrária da Paraíba, sobretudo de Mari-PB; e para o resgate histórico nos fundamentamos nas pesquisas de Mozart (2010).

A realização desta pesquisa teve como motivação um grande interesse pessoal em conhecer o funcionamento da feira livre, despertado pela curiosidade de entender toda a sua dinâmica que, ainda hoje, desempenha um papel muito importante na consolidação econômica e social.

2 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO MARI-PB

2.1 A construção do espaço de Mari

O espaço onde hoje se conhece por Mari, historicamente, pelo menos até finais do século XVIII era habitado unicamente pelos índios potiguaras. Antes de se denominar Mari, o município, que até então era considerada como uma pequena vila

era chamada de Araçá, este nome é devido à grande quantidade do fruto encontrada na área (MOZART, 2010).

Os povos nativos, do que hoje convém chamar de Mari, faziam parte da grande nação indígena Tupi, que se dividia em Potiguaras e Tabajaras. Sobre a espacialização na Paraíba dos índios em questão Moreira e Targino (1997) nos diz que:

Os potiguaras concentravam-se ao norte do rio Paraíba, sendo encontrados ao longo do rio Mamanguape e, mais para o oeste, na altura da serra de Copaoba (Serra da Raiz). Os tabajaras, concentrados ao sul do rio Paraíba, foram aldeados em Aratagui (Alhandra), Jacoca (Conde), Piragibe (João Pessoa), Tibiri (Santa Rita) e Pindaúna (Gramame) (p.26).

Segundo Mozart² (2010), com o processo de ocupação/colonização portuguesa, incentivados pela alta diversidade de árvores nativas do local, os índios potiguaras foram expropriados, tendo que trabalhar para os portugueses na agricultura.

Os exploradores portugueses ficaram muito interessados na riqueza natural da região, tiraram proveito de tudo que podiam, principalmente da madeira de qualidade que havia no local, que era extraída e mandada para o país de origem deles. Dessa forma, a mata nativa foi diminuindo e cedendo espaço para agricultura incipiente e a monocultura de cana-de-açúcar, enquanto os índios que habitavam o local eram explorados pelos colonizadores.

Toda colonização do espaço agrário paraibano foi marcado por muita exploração, os colonos se apropriaram das terras que eram ocupadas pelos nativos. A princípio, enquanto os índios tinham liberdade e os colonos se concentravam na exploração do Pau-Brasil, os índios não apresentaram resistência. Mas quando a exploração evoluiu para apropriação do espaço, os nativos reagiram em defesa de suas terras, o que resultou em luta, gerando um massacre da população indígena. (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Ainda segundo os autores supracitados, a submissão do espaço paraibano à dominação colonial foi acompanhada pelo massacre da população nativa, seja através dos genocídios, seja pelos ultrajes a que foi submetida.

² Escritor, radialista, jornalista. Morou por muitos anos em Mari e escreveu alguns livros, entre eles está "Mari, Araçá e Outras Árvores do Paraíso" que fala sobre a história do município.

Um elemento importante para o processo de colonização do espaço paraibano, em especial o agrário, foi a produção da cana-de-açúcar que também influenciou o crescimento populacional. Ao longo deste processo de organização, foram aparecendo os primeiros engenhos. Os nativos trabalhavam escravizados nos trabalhos agrícolas, enquanto os portugueses eram empregados nas atividades administrativas. Além do trabalho na produção da cana-de-açúcar, os índios tinham que cultivar lavouras alimentares para seu próprio consumo e também do senhor e sua família.

Sobre o processo de expansão açucareira na Paraíba, Moreira e Targino (1997), afirmam que:

O predomínio da cana na paisagem da Zona da Mata paraibana é uma constante, do início da colonização aos dias atuais. Porém, a forma como se organizou o espaço nem sempre foi a mesma. Ela sofreu modificações significativas, dependendo ora de condicionantes externos, ora das mudanças nas relações técnicas e sociais de produção (p.32)

A organização do espaço de Mari, como não poderia deixar de ser, também está vinculado ao processo histórico de produção que, inicialmente destaca-se o fumo, depois a cana-de-açúcar e o abacaxi.

Em 1946, chegaram à Araçá os Senhores Manoel de Paula Magalhães e José Leão de Oliveira com suas respectivas famílias, vindos do Estado de Alagoas, com o propósito de implantarem a cultura do fumo. O fumo teve grande destaque na economia agrícola no município de Mari. O fumo de rolo era produzido através do sistema de afolhamento, na mesma área de produção da cana e do abacaxi. O cultivo desta lavoura era feito por trabalhadores assalariados temporários, muitos destes vinham de cidades do Agreste. O período de plantio começava em março/abril e terminava em agosto/ setembro. Apesar da atividade fumageira não ter recebido grande destaque em nível estadual, foi de grande expressão para a economia do município, gerando trabalho e renda.

A produção de fumo de rolo é mais antiga. Embora não detenha um peso muito importante para a economia agrícola do Estado, sempre desempenhou um papel de destaque em nível municipal como geradora de renda e emprego (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 161).

Os primeiros registros de plantação do abacaxi estão nos municípios de Mari e Sapé, que juntamente com Mamanguape, alcançaram o posto de maiores produtores do Estado na década de 80, responsáveis por 69% da produção. A produção do abacaxi teve considerável expansão e posterior consolidação na Paraíba. A maior parte da produção era destinada ao mercado externo, principalmente o argentino. Aproximadamente 1/3 da produção era dedicado ao mercado de suco concentrado e o resto para o consumo.

Presente no Brasil desde os primórdios da colonização, o abacaxi foi introduzido na Paraíba na década de 30. As primeiras áreas de cultivo restringiam-se aos municípios de Mari e Sapé. Sua fase de maior crescimento no Estado ocorreu na década de 60, nesse período, a produção passou de 21,1 milhões de frutos (1960) para 51,1 milhões (1970) (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 148).

Além da plantação de cana, abacaxi e fumo, o algodão também era cultivado no município de Mari entre os anos de 70 e 80. E assim como as outras produções agrícolas de Mari, o algodão muito contribuiu para o fortalecimento sócio-econômico, o crescimento populacional e também um modo de gerar renda para as famílias mais pobres.

2.2 De Araçá à Mari: a história de um povo

O povoado Araçá nasceu com a chegada do trem em 1883, esse fato foi um grande marco para o desenvolvimento do lugar. Em volta da estação ferroviária começaram a aparecer os primeiros sinais de progresso do pequeno povoado. Os Luna Freire foram os primeiros a chegar ao local, o senhor João Vitorino da Gama era o representante da família e chefe da estação do trem.

A estação ferroviária era o centro do povoado, além de ponto de embarque e desembarque das pessoas, era um local de interação social. O trem atraía muitos curiosos, todos queriam ver a sua passagem. Nas proximidades da estação circulava um grande número de pessoas, o que fez, estrategicamente, surgirem os primeiros comerciantes da feira livre do lugar.

No ano de 1941 foi construída a Igreja Católica Sagrado Coração de Jesus, próxima à estação e à feira. O povoado já estava bem crescido em relação à agricultura, produzindo mandioca, algodão e tabaco, que posteriormente eram

comercializados na feira. Principalmente o fumo, que chegou a ser exportado, foi de grande destaque para o desenvolvimento econômico da área. Enquanto o povoado prosperava economicamente, também aumentava em relação à população.

Segundo Mozart (2010), em 1950, Araçá pertencia a Sapé, e neste mesmo ano, sem que fizessem uma análise de fatos e efeitos que essa mudança causaria nas pessoas, o nome do povoado foi modificado para Mari. A população ficou insatisfeita com o novo nome, pois Araçá era uma tradição histórica devido à espécie de árvore que havia lá. Em 19 de setembro de 1958, o Governador do Estado da Paraíba decretou a Lei nº 1.862, do mesmo dia mês e ano que criou o município de Mari, passando-o para a categoria de Cidade totalmente emancipada. Para administrar a cidade, o senhor Eptácio Dantas da Silva Cordeiro foi nomeado prefeito provisório.

Atualmente a cidade de Mari possui população estimada de 21.173 habitantes (IBGE, 2010). Nos anos 60 o município tinha uma população de 12.687 habitantes e em 70 com 15.645. Podemos observar a evolução populacional a partir do gráfico a seguir:

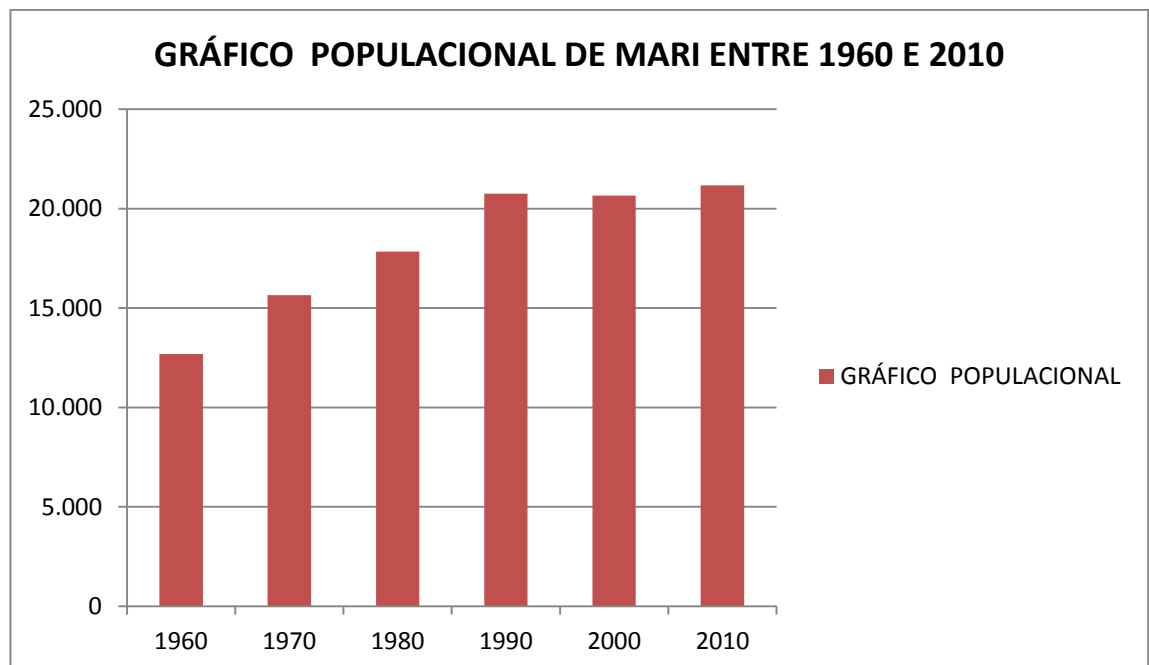


Figura 2: Gráfico Fonte: IBGE, 2010.

O gráfico mostra que nos últimos 50 anos a população de Mari vem crescendo. Nas primeiras décadas, o número de habitantes foi mais crescente, a possibilidade de trabalhar no campo trouxe muitos interessados à cidade. Ou seja, o

gráfico apresenta a evolução populacional de forma condicionada ao trabalho rural, à medida que foi surgindo o trabalho no campo, mais pessoas decididas a plantar foram se instalando no município. Já a partir da década de 90, o crescimento populacional não teve grande destaque, resultado da queda de produção na agricultura.

2.3 Mari e a luta camponesa

Desde o período da colonização do espaço agrário paraibano que a condição do trabalhador rural tem sido notavelmente precária, isto por causa da forma que o mesmo foi organizado, subordinado ao capital mercantil. Historicamente, o trabalhador rural faz parte de um espaço de exploração que passou, ao longo do tempo, por diversos momentos na organização do processo produtivo, modificando-se à medida que o espaço agrário se transforma e se reorganiza.

A produção da cana de açúcar é predominante na organização do espaço agrário paraibano. A plantação da cana era a produção principal, enquanto os produtos de subsistência ficavam em segundo plano. Os escravos eram responsáveis no cultivo destas lavouras.

Um fato importante para na reestruturação do espaço agrário paraibano foi a implantação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). Financiado pelo governo do Brasil, o Proálcool foi firmado em 14 de novembro de 1975. Apresentado pelos governantes da época, o programa visava a substituição dos automotivos movidos por petróleo pelos movidos à álcool.

A crise do petróleo em 1973 foi fator determinante para a criação do Programa. O preço do barril do petróleo aumentava cada vez mais, já o mercado externo do açúcar sofria queda nas vendas. Então o governo ofereceu uma ajuda de incentivo para a plantação da cana em larga escala, o que gerou um impacto no cenário agrário da Paraíba. A plantação da cana logo teve grande avanço territorial, o que causou uma redução nas lavouras alimentares e, conseqüentemente, uma alta nos preços dos alimentos.

Dentre vários programas propostos o que obteve maior êxito foi o Programa Nacional do Álcool – Proálcool, lançado em 1975, que visava a produção de álcool anidro¹ de cana-de-açúcar, em destilarias anexas as usinas, para ser adicionado à gasolina. O

programa nasce alicerçado em subsídios e financiamentos públicos, ficando a cargo do governo, através da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, a compra, transporte armazenamento, distribuição e mistura do álcool a gasolina, e também a determinação do preço de venda do produto. (MICHELLON; SANTOS; RODRIGUES, 2008, p. 2).

A ocupação do espaço agrário da Paraíba foi marcada pela má distribuição de terras, desta forma, os grandes latifundiários detinham a maioria das terras, enquanto os trabalhadores do campo eram excluídos e ficavam com a minoria. A partir desse momento, os camponeses insatisfeitos com essa estrutura de dominação, começaram a oferecer resistência contra os latifundiários, o que gerou a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.

A questão agrária na Paraíba só passou a ser questionada no final da década de 1950, com as mudanças profundas ocorridas nas relações de produção no interior do sistema latifundiário, que culminaram com a expropriação definitiva do camponês e a sua conseqüente expulsão da terra. Neste momento, os camponeses começaram a resistir, com a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais. (NUNES, 2009, p. 3).

O apogeu do movimento como organização de trabalhadores do campo ocorreu no início de 1964. A luta dos camponeses contra a intensificação da urbanização e o capitalismo no campo foi ganhando maiores proporções e passou a se envolver nas questões políticas e ideológicas, o que também contribuiu diretamente para o surgimento das Ligas Camponesas e dos movimentos sindicais. Os trabalhadores rurais reivindicavam por melhores condições de trabalho, pela reforma agrária, pelo direito de permanecer com a terra e o pagamento do salário mínimo.

As Ligas espalharam-se rapidamente por toda Paraíba. Com o golpe civil-militar o movimento foi desarticulado e, para evitar uma violenta revolta da parte dos trabalhadores rurais, os militares criaram o Estatuto da Terra, que tinha a promessa de uma política assistencialista para melhorar as condições de trabalho e pela reforma agrária. Mas a verdadeira intenção do governo era intervir nos movimentos, afastar líderes e intimidar os camponeses.

No dia 15 de janeiro de 1964 aconteceu um grande conflito em Mari-PB entre os trabalhadores rurais e os latifundiários. Os proprietários das terras insatisfeitos com o movimento e a organização dos camponeses, que estariam se reunindo em

mutirão na fazenda Olho D' água para plantar milho e feijão, logo partiram para violência contra os trabalhadores. Muitos camponeses foram massacrados, torturados, presos e assassinados.

A cidade de Mari foi palco da revolta dos camponeses contra os proprietários de terras, a cidade de Sapé era a sede do movimento. João Pedro Teixeira era o líder das Ligas Camponesas, um militante das causas dos trabalhadores rurais e tinha como objetivo lutar pela reforma agrária. O movimento foi de grande força e repercussão, um grande número de aliados se juntou a causa. João Teixeira foi assassinado com três tiros nas costas no dia dois de abril de 1962 numa emboscada.

Muitos anos de luta e ações de resistência dos trabalhadores rurais pela terra resultaram na criação dos assentamentos rurais que hoje existem no município de Mari-PB. Em 12 de abril de 1997 um grande grupo de famílias Sem Terra se mobilizou para ocupar o complexo da falida Usina São João, este fato gerou grande insatisfação dos latifundiários, que acusavam os ocupantes de causar caos social e conflitos armados.

O processo de conquista da área onde hoje fica situado o Assentamento Tiradentes começou em 1998 com a mobilização dos trabalhadores rurais sem terra na "Marcha em defesa do Brasil", que passou por vários municípios paraibanos, inclusive o município de Mari-PB. Muitas famílias que haviam sido expropriadas de suas terras juntaram-se ao movimento. Em 11 de setembro de 1999 famílias inteiras ocuparam a fazenda Gendiroba, se instalaram e montaram suas barracas, formando o acampamento. Aguardaram aproximadamente três anos as negociações do Estado pela desapropriação e formalização do Assentamento.

De fato foram muitos conflitos sociais e lutas no campo organizada por trabalhadores rurais que tinham a necessidade de uma Reforma Agrária para construir um futuro melhor. Mas foi através dessas lutas que aconteceram as mudanças necessárias no espaço agrário para uma nova organização social e desta forma, se deu a conquista dos Assentamentos de Reforma Agrária. O Assentamento Zumbi dos Palmares localizado na fazenda Canfundó no município de Mari surgiu em 2011, e foi uma conquista realizada a partir da Reforma Agrária.

3 A FEIRA LIVRE:

Segundo Nagel et al. (2007) a feira livre originou-se durante a Idade Média na Europa e estavam relacionadas às festividades religiosas, em dias santos os negociantes vinham de várias partes com seus produtos nativos para trocar por outros da região. A palavra "feria" (latim) significa "dia santo" ou "feriado". Teve grande influência no desenvolvimento das cidades. A crescente produção agrícola causou a formação dos excedentes de produção, a partir daí, os excedentes começaram a serem negociados; as sobras de uns e as necessidades de outros impulsionou as trocas de mercadorias entre eles. Assim, surgiram as primeiras feiras, que eram instaladas em locais estratégicos, onde houvesse o maior fluxo de pessoas e, conseqüentemente, maior possibilidade de venda.

Indiscutivelmente, a feira livre é uma modalidade tradicional e milenar que se faz presente desde o nosso passado colonial. Sua origem remonta o século IX e teve papel fundamental no desenvolvimento das cidades, pois foi e continua sendo de grande importância para a consolidação econômica e social. A feira livre é um comércio urbano, informal e varejista, situado em um lugar estratégico ao ar livre e é organizada semanalmente.

No Brasil a origem das feiras livres se deu no Período Colonial, sendo uma tradição vinda de Portugal, fruto dos hábitos e costumes dos colonizadores. A partir desse momento, as feiras foram se multiplicando pelo território. Além do importante papel no fornecimento de alimentos para suprir as necessidades do homem, a feira livre foi um elemento fundamental para a estruturação e organização socioeconômica das populações (SANTOS, 2005).

A principal atividade da feira livre é o comércio varejista dos produtos hortifrutigranjeiros, mas a sua dinâmica vai além disso; A feira é uma rede de sociabilidade. Existem vários tipos de relações sociais, como encontro de vizinhos, amigos, familiares e apresenta características culturais expressivas da terra, além de funcionar como centro de lazer e distração (SATO, 2007).

Segundo a fonte supra citada, a feira livre é formada por teias de relações que configuram um conjunto diversificado de ocupações, fluxos de pessoas e mercadorias. Caracteriza-se, principalmente, por ser uma atividade essencialmente familiar, ou seja, os produtos agrícolas que são comercializados, quase sempre, são provenientes da agricultura familiar, como também, as pessoas que estão envolvidas

nos diferentes trabalhos geralmente são membros da família, o que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar.

A sua principal função é atender às necessidades alimentares da população, sendo que os produtos nela comercializados estão, muitas vezes, ligados à cultura alimentar do local onde a feira se localiza. Além de suprir as necessidades alimentares, a feira gera espontaneamente diferentes formas de sociabilidade e manifestações culturais (COÊLHO; PINHEIRO, 2009).

Com o aumento das concentrações urbanas, as feiras livres foram perdendo o lugar para os supermercados que também vendem os produtos comercializados na feira. A grande concorrência assusta e preocupa os feirantes. Entretanto, os consumidores que fazem preferência pelos produtos frescos e de qualidade, ainda continuam frequentando a feira.

Apesar da concorrência das outras formas de mercado varejista, a feira livre possui suas próprias particularidades que, para alguns, são indispensáveis, como por exemplo: o atendimento personalizado oferecido pelo feirante; trocas de ideias e experiências, etc., ou seja, toda a interação social existente na feira favorece a sua preferência entre os consumidores.

De fato, as feiras encontram dificuldade de sobreviver à realidade das grandes metrópoles, onde parece não haver muito tempo para essas “relações de comunidade”. O que será da feira na era da comida industrializada e as compras *on-line*? Aos olhos do mundo moderno, o comércio impessoal dos supermercados parece mais compatível. No entanto, os consumidores que privilegiam a qualidade dos produtos não abandonam a feira (NAGEL et al., 2007, p.53).

Segundo o geógrafo Milton Santos, devido ao impacto da modernização, o espaço urbano estaria dividido em dois circuitos, diretamente ligado a ideia de divisão do trabalho. O Circuito Superior está ligado à alta tecnologia e serviços modernos, como bancos, indústria de exportação, comércios atacadistas, transportes e acumulação de capital. O Circuito Inferior está ligado às atividades e serviços não modernos como o comércio em pequena escala, venda e varejo e baixo capital. (Leny Sato *apud* Milton Santos, 2006).

Nessa lógica, a feira livre está inserida no Circuito Inferior da economia, já que nela funciona o comércio não moderno e informal. É um comércio de atividades tradicionais, varejista e com capacidade de gerar trabalho para muitas pessoas

fazendo uso de pouco capital. Os supermercados são exemplos do circuito superior, fazem uso de tecnologia moderna, sofisticada e voltada para o acúmulo de capital.

Em municípios pequenos, a feira, quando ocorre, muitas vezes representa o principal mercado existente, para onde converge parte da circulação monetária municipal. Apesar da sua relevância como instrumento da agricultura familiar e, conseqüentemente, de desenvolvimento local e de inclusão social, ainda são escassas as análises que exploram outros aspectos da feira livre (além dos sociológicos e dos antropológicos) (COÊLHO; PINHEIRO, 2009).

A feira livre, objeto do presente trabalho situa-se no município de Mari, está localizado no Estado da Paraíba e pertence à Mesorregião da Mata Paraibana e a microrregião de Mari. Situa-se entre os paralelos 6° e 8° de Latitude Sul entre os meridianos 34° e 38° de Latitude Oeste, com altitude de 143 metros, sua área é de 155 km², representando 0,2741% do território do Estado. Limita-se com os municípios de Caldas Brandão, Mulungu, Araçagi e Sapé, se distancia da capital João pessoa em aproximadamente 50,7 km. O seu principal tipo de relevo insere-se no tipo das Depressões Sertanejas. Seu clima caracteriza-se Tropical Chuvoso com verão seco e a vegetação predominante é da espécie Floresta Subperenifólia e partes de Floresta Subcaducifólia e Cerrado/ Floresta. (Diagnóstico do Município de Mari-CPRM, 2005).



Figura 3: Imagem demonstrando a localização de Mari e seu entorno. Fonte: Google Maps, 2014.

A feira livre de Mari acompanhou de forma participativa o crescimento socioeconômico do município, sendo o principal comércio varejista até os dias atuais. Com a chegada do trem ao local, logo foram surgindo os primeiros feirantes que instalaram suas barracas nas proximidades da estação ferroviária, para atender a todos que por ali passavam. Com a expansão populacional e também territorial do local, a feira logo foi tomando maiores dimensões e adquirindo maior importância no desenvolvimento econômico e social.

A agricultura muito favorável impulsionou o crescimento populacional e urbano, conseqüentemente a feira local também cresceu, já que os produtos agrícolas produzidos lá eram comercializados na feira como batata doce, inhame, macaxeira e outros. Logo o espaço que a feira ocupava no centro da cidade ficou insuficiente para suprir a necessidade da população, e os responsáveis pela organização da feira tiveram a iniciativa de mudá-la para um local com mais espaço.

De acordo com os relatos da senhora M N P A (moradora antiga do município), em aproximadamente 1966 a feira foi transferida para o local que ela funciona até hoje na Rua Costa e Silva, nesse mesmo ano foram construídos os dois primeiros galpões da feira e no ano posterior o terceiro galpão foi construído.

A feira livre do município de Mari não se difere das tradicionais feiras praticadas na Região Nordeste e são símbolos da identidade cultural desta região. É caracterizada pelas instalações provisórias, onde cada feirante monta sua própria barraca. Uma vez que as barracas são muito próximas, o feirante é obrigado a desenvolver estratégias que o distingam dos demais, embora alguns vendedores já tenham seus fregueses certos. A proximidade também requer que os feirantes organizem a convivência social entre eles.

A agricultura é uma das principais atividades econômicas da cidade e a feira local é o principal ponto para a comercialização da produção agrícola. São vários tipos de produtos hortifrutigranjeiros que são comercializados no local (inhame, macaxeira, banana, laranja, frangos e galinhas vivos e mortos e etc.) e com diferentes padrões de qualidade, geralmente indicados pela boa aparência. Além dos hortifrutigranjeiros, a feira dispõe de carnes, especiarias, mercearias, roupas, calçados. Muitos dos produtos agrícolas comercializados nessa feira são provenientes da agricultura familiar, geralmente são produzidos e trazidos pela mesma família para a comercialização.

Na cidade de Mari-PB, a feira livre tem grande influência econômica. É uma das principais atividades econômicas do município e tem participação em algumas localidades circunvizinhas. Os produtos nela comercializados são os hortifrutigranjeiros trazidos, na maioria das vezes, por pequenos produtores da região. Também funciona como ponto de encontro para amigos e familiares que vêm, geralmente, da zona rural para participar da feira. Pode-se considerar uma feira bem tradicional e cultural.

Parte dos produtos agrícolas comercializados na feira é proveniente do município de Campina Grande, outra parte vem de cidades vizinhas e do próprio município. Os excedentes de produção dos assentamentos da cidade são vendidos na feira para complementar a renda familiar, principalmente batata, macaxeira e inhame. Em alguns casos são produzidos e comercializados pela mesma família, em outros, são passados por atravessadores.

Embora exista uma concorrência enfrentada pelos supermercados, a feira ainda continua sendo a preferência, principalmente para os consumidores da área rural do município. A feira não é simplesmente um local de compra e venda de produtos, é um ambiente de distração, e se organiza em rede de relações sociais e culturais, já que é uma modalidade tradicional da região. O consumidor não vai à feira só para comprar, ele vai socializar, ou seja, trocar ideias, experiências, encontrar amigos e parentes.

Figura 4: Mercado das frutas e verduras da feira de Mari-PB



Fonte: foto da autora/Março de 2014

Para enfrentar a concorrência de outras formas de comercialização, além de fornecerem os produtos frescos e de qualidade, os feirantes usam um atendimento exclusivo com os clientes, proporcionando uma interação social entre eles com troca de saberes e experiência, criando assim um vínculo de proximidade de amizade que dificilmente acontece em outros canais de mercado varejista. Essa prática é uma característica singular que torna o cotidiano da feira mais agradável e a feira ganha destaque na preferência dos consumidores.

Fotografias tiradas no decorrer do trabalho e conversas informais com os feirantes permitiu conhecer a singularidade do comércio varejista na feira. Um dos pontos observados é sobre a questão da concorrência, visto que mesmo os feirantes sendo concorrentes vizinhos, não existe a mesma competitividade que há em outras formas desse comércio, eles próprios acabam construindo suas regras de convivência facilitando o trabalho em grupo.

Figura 5: Mercado dos calçados da feira de Mari-PB



Fonte: foto da autora/Março 2014

Para conseguir destacarem-se entre os outros concorrentes na própria feira, os comerciantes usam da criatividade na organização de seus bancos, expondo suas mercadorias de forma que possa atrair os consumidores pela beleza de suas formas, cores e variedades. O atendimento também é uma estratégia para garantir a

preferência, o destaque vai para os feirantes que oferecem um tratamento atencioso e exclusivo, mostrando que a ligação com o freguês vai além da relação comercial.

A feira de Mari é realizada uma vez por semana, aos sábados. Está localizada num ponto estratégico, de fácil acesso. Recebe vendedores e compradores de diversos lugares: Sapé, Itabaiana, Guarabira, Sitio Utinga, Gendiroba e outros. Possui uma grande variedade de produtos para atender a necessidade dos fregueses.

Quanto à estrutura física da feira de Mari, de acordo com o responsável pela organização da mesma o senhor José de Cícero, ela possui aproximadamente 150 bancos e barracas divididas de acordo com o tipo da mercadoria, cada produto é comercializado na sua seção. Os feirantes recebem uma autorização da prefeitura para poder trabalhar e pagam uma taxa de dois ou três reais, dependendo do tamanho da estrutura e do quanto cada um vende.

A feira possui três galpões: um para venda de grãos; outro para carnes e outro para farinha e farelos. O galpão de carnes é dividido em vinte e oito boxes, especializados na venda, principalmente, da carne bovina fresca. Já o de grãos e o de farinha, o espaço é dividido entre os feirantes mesmo, cada um ocupa seu espaço.

Sem dúvida a feira é uma modalidade popular e tradicional que resiste aos tempos modernos, é uma prática cultural que se evidencia nas técnicas usadas, como a forma que as bancas são montadas e organizadas, as expressões nordestina usadas, o modo como as carnes são comercializadas, a venda do tradicional fumo de rolo, todas essas características são representação da identidade cultural nordestina.

Normalmente os clientes chegam à feira logo cedo para usufruírem da diversidade e da qualidade dos produtos. O mercado de roupas, calçados, vendedores ambulantes, bares, principalmente as barracas de lanches e comidas regionais como a buchada, a carne de bode, galinha de capoeira, tapioca também são bastante frequentados pelos consumidores. Já na sexta-feira os donos das barracas preparam seus pratos variados para atender o público no sábado logo cedo.

Principalmente o setor responsável pela venda de alimentos deveria oferecer uma atenção especial na limpeza e higiene desses produtos, mas não é o que acontece. As comidas ficam expostas ao ar livre sujeitas a contaminações, a higiene

depende totalmente da consciência do vendedor. Desta forma, os comerciantes fazem a higienização à sua maneira, já que não existe nenhum órgão que fiscalize as condições de limpeza da feira.

A falta de higiene adequada e boa conservação dos produtos não são apenas com as comidas. A comercialização das carnes (bovinas, caprinas e etc.) acontece em um dos galpões para evitar o contato com a luz do sol, mesmo expostos em local coberto, os cortes dos animais não tem nenhuma proteção para evitar possíveis riscos contaminação, ficando em contato com as moscas, poeira e também ao toque das mãos dos consumidores e dos próprios feirantes.

Figura 6: Galpão das carnes da feira livre de Mari-PB



Fonte: foto da autora/Abril de 2014

A situação do saneamento básico da feira é completamente precária. Só existem dois banheiros em péssimas condições de uso, sendo estes os únicos pontos de abastecimento de água para todos da feira. A vigilância sanitária ou até mesmo o departamento responsável da prefeitura deveria ter a compromisso de orientar os feirantes a manipular e armazenar os alimentos corretamente para que haja um controle de qualidade dos produtos, e conseqüentemente não aconteça nenhum problema à saúde pública.

A feira é responsável por uma considerável quantidade de lixo proveniente de todos os setores de venda, os resíduos sólidos são formados desde a recepção e arrumação dos produtos nos bancos e barracas até o consumidor. No local não há um lugar específico para depositar o lixo, desta maneira as pessoas o jogam em vias

públicas causando mau cheiro e transtornos tanto para os feirantes quanto para os clientes. Como aponta Vaz et al. 2003.

Geralmente as feiras livres caracterizam-se pela produção permanente de resíduos sólidos nos seus setores de venda (hortifrutigranjeiros, carnes, cereais, artesanato, etc), e que são gerados desde a recepção e organização dos alimentos nas barracas e/ou chão pelos feirantes até o consumidor, que por vezes se rende transformando-se em gerador. (2003, p.147)

Quando termina o trabalho dos feirantes muito lixo fica acumulado nas imediações da feira, os encarregados pela limpeza municipal juntam o lixo e no final da tarde o caminhão da prefeitura passa para recolher, o que necessariamente não quer dizer que esse lixo tenha sua disposição final de forma certa. A coleta e o transporte do lixo é responsabilidade do serviço público municipal, porém os que participam da feira tem papel fundamental, pois ficam responsáveis por descartar nos pontos específicos o lixo produzido.

A implantação de um sistema de coleta seletiva na área da feira seria de uma forma muito eficiente para tratar o lixo produzido. Grande parte do lixo originada na feira são resíduos orgânicos e a compostagem poderia ser a disposição final mais adequada para esses materiais. A compostagem pode ser considerada um tipo de reciclagem do lixo urbano, pois a matéria orgânica será transformada em adubo orgânico para ser usado na agricultura.

Para a compostagem se tornar a solução para o tratamento final dos resíduos da feira e arredores, seria necessário interesse das autoridades públicas do município. A população de modo geral ganharia com isso, além de aumentar a vida útil dos aterros, o adubo gerado ajudaria os produtores rurais, até a emissão de gás metano, que provoca o efeito estufa, seria menor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas e análises realizadas sobre a Feira Livre de Mari-PB, reafirmam sua importância social, econômica e cultural. Apesar das dificuldades enfrentadas pela feira, é imprescindível que a mesma seja preservada, não só porque ela oferece uma contribuição econômica, mas também porque ela faz parte da nossa identidade sociocultural e o seu valor não pode ser esquecido.

A feira livre é conceituada como uma instituição econômica e não moderna, um local construído popularmente cheio de peculiaridades, e também uma prática social voltada para o povo, tornando-se um elemento de persistência e resistência em meio à economia moderna do circuito superior.

Vimos que apesar da existência dos elementos modernos que tentam reproduzir a estética da feira livre, comercializando os mesmos produtos em um ambiente aparentemente mais confortável, climatizado e dispendo de formas diferentes de pagamentos, a feira livre continuar a ser importante para a dinâmica socioeconômica e espacial, tendo em vista, que os fatores culturais exercem profunda influência na decisão do consumidor que buscam vivenciar a tradição e o costume popular ao mesmo tempo em que fazem suas compras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; CPRM – Serviço Geológico do Brasil. *Diagnóstico do Município de Mari, Paraíba*: CPRM, 2005. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/MAR1110.pdf>>. Acesso em: 13 de agosto de 2013.

COÊLHO, J. D.; PINHEIRO, J. C. V. Análises das formas de governança dos feirantes que atuam nas feiras livres de Cascavel e de Ocara, no Ceará. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 26 a 30 de julho, 2009, Porto Alegre. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/13/444.pdf> Acesso em: 17 de agosto de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 15 de setembro 2012.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M.C.S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. *Revista Ateliê Geográfico*, v.2, n.4, agos/2008. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/viewFile/4710/3971>. Acesso em: 03 de setembro de 2013.

MICHELLON, et al. *Breve Descrição do Proálcool e Perspectivas Futuras para o Etanol Produzido no Brasil*. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

MOZART, Fábio. Biu Pacatuba: Um Herói do Nosso Tempo. João Pessoa: A União, 2010.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. *Os Movimentos Sociais, o Governo Pedro Gondim e o Golpe Civil-militar na Paraíba*. In: Anpuh – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

NAGEL, B. et al. *Os bastidores de uma feira livre: Consumidores e feirantes falam sobre o velho hábito de ir à feira*. Eclética, 2007. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/13%20-%20os%20bastidores%20de%20uma%20feira%20livre.pdf>> Acesso em: 10 de setembro de 2013.

SANTOS, Andréia Rodrigues dos. A feira livre da Avenida Saul Elkind em Londrina-PR. *Revista do Departamento de Geociência*, v. 14, n.1, jan/jun. 2005. Disponível em: < <http://www2.uel.br/revistas/geografia/V14N1/Artigo11.pdf> >. Acesso em: 25 de agosto de 2013.

SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1978. (Coleção Estudo Urbano)

SATO, L. Processos Cotidianos de Organização do Trabalho na Feira Livre. *Revista Psicologia & Sociedade*, volume 19, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822007000400013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 de setembro 2013.

SATO, Leny. “Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade”. *Tese de Livre-Docência*, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 2006

VAZ, L. M. S. et al. *Diagnósticos dos resíduos sólidos produzidos em uma feira livre: O caso da feira do Tomba*. *Revista Sitientibus*, volume 28, jan/jun. 2003. Disponível em: <www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd51/feira-libre.pdf> Acesso em: 26 de agosto de 2013.